

Contencioso Administrativo

Mestrado Científico

Ano letivo 2020/2021

1. Docente



João Tiago Silveira

joao.tiago.silveira@gmail.com

joao.tiago.silveira@mlgts.pt

joaotiagosilveira@fd.ulisboa.pt

www.joaotiagosilveira.org

João Tiago Silveira é doutorado em Direito e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leciona disciplinas na área do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito Constitucional. É Vice-Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas DA Faculdade de Direito de Lisboa, investigador do Centro de Investigação de Direito Público na mesma Faculdade e membro da Direção da *International Association of Legislation*.

Tem atividade relevante no setor privado enquanto sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordena o Departamento de Direito Público, Urbanismo e Ambiente. É árbitro-presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa.

Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Nessas funções concebeu e executou iniciativas nas áreas da simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial, utilização das novas tecnologias nos tribunais, *better regulation*, reabilitação urbana, resolução alternativa de litígios e reforma do Contencioso Administrativo.

João Tiago Silveira tem obra publicada e efetua habitualmente intervenções em colóquios e conferências nas áreas do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Ambiente, Simplificação Administrativa e processual, *better regulation* e legística.

2. Tema

Meios processuais, tramitação e agilização processual no contencioso administrativo

3. Programa

O presente mestrado científico aborda os principais meios processuais declarativos no contencioso administrativo, incluindo a ação administrativa e os processos declarativos urgentes como, por exemplo, o contencioso pré-contratual urgente, a intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, o contencioso urgente de procedimentos de massa e a intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões.

Além das questões mais gerais relacionadas com as características destes meios processuais e os respetivos pressupostos, pretende-se também estudar, em especial, a tramitação da ação administrativa e dos processos urgentes, com especial incidência sobre os mecanismos de agilização processual, que se destinam a acelerar os processos e a evitar a desuniformidade jurisprudencial. Trata-se de mecanismos especialmente importantes, tendo em conta a preocupação cada vez mais acentuada em assegurar que os processos administrativos se desenvolvem num prazo razoável e que ao tratamento de questões iguais é oferecida uma solução judicial idêntica, evitando o desperdício de meios e recursos no julgamento separado de casos que apresentem semelhanças.

As sessões serão desenvolvidas de acordo com a seguinte programação, sem prejuízo das adaptações que se revelem necessárias, nomeadamente face ao número de alunos:

- **1.^a a 5.^a sessão:** caracterização geral do contencioso administrativo português, apresentada pelo docente.
- **5.^a a 10.^a sessão:** apresentação, por alunos que não tenham nacionalidade portuguesa, dos regimes de processo administrativo dos países de onde sejam originários.
- **12.^a, 13.^a, 14.^a e 15.^a sessões:** apresentação, pelo docente ou por docentes convidados, de temas relacionados com os meios processuais, a tramitação e os mecanismos de agilização processual, incluindo designadamente:
 - Utilização de mecanismos de agilização processual (processos em massa, reenvio prejudicial, extensão dos efeitos das sentenças, antecipação do juízo da causa principal no procedimento cautelar, etc)
 - O contencioso administrativo, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem
 - A intervenção de terceiros e contrainteressados no processo administrativo

➤ Organização processual da defesa do Estado e outras entidades públicas

- **16.ª sessão e seguintes:** apresentação de temas escolhidos e estudados pelos alunos. Cada aluno poderá utilizar a sessão que lhe está destinada da forma que entender melhor para explorar o tema que escolheu, o que poderá envolver a apresentação do seu tema, a discussão sobre pontos específicos da sua investigação, a participação de convidados, etc.

Em todas as sessões será promovido o debate e a discussão ativa dos temas em causa entre os docentes e os alunos.

O número de sessões alocadas a cada tema poderá sofrer ajustes, em função da dinâmica das mesmas e do especial interesse manifestado pelos alunos em detalhar algum tema.

Bibliografia:

Afonso, Helena Maria Telo – Contencioso dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 130, 2018.

Almeida, António Duarte/Monteiro, Cláudio/Silva, José Luís Moreira da – A caminho da plenitude da justiça administrativa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 7, 1998.

Almeida, José Mário Ferreira – As reformas do processo civil e do contencioso administrativo: autonomia e convergência, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Almeida, José Mário Ferreira – Algumas notas sobre a aproximação do processo administrativo ao processo civil, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 102, 2013.

Almeida, Aroso de/Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2017.

Almeida, Aroso de/Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010.

Almeida, Mário Aroso de – Manual de Processo Administrativo, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020.

Almeida, Mário Aroso de – Considerações sobre o novo regime do contencioso administrativo, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

Almeida, Mario Aroso de – Breve introdução à reforma do contencioso administrativo, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 32, 2002.

Almeida, Mário Aroso de – Novas perspectivas para o contencioso administrativo, Separata de *Juris et de Jure*, nos 20 anos da Faculdade de Direito da UCP, Porto, 1998.

Alves, João Gomes – A marcha do processo no contencioso administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Alves, Pedro Delgado – O novo regime de impugnação de normas, Novas e velhas andanças do contencioso administrativo, Estudos sobre a Reforma do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2005.

Amaral, Diogo Freitas do/Almeida, Mário Aroso de – Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2004.

Amaral, Diogo Freitas do – Intervenção do Professor Diogo Freitas do Amaral, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Amaral, Diogo Freitas do – Considerações gerais sobre a reforma do contencioso administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003, e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Andrade, José Carlos Vieira de – A Justiça Administrativa, 17.ª ed., Almedina, Coimbra, 2019.

Andrade, José Carlos Vieira de – Ofir: 20 anos depois, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Andrade, José Carlos Vieira de – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Andrade, José Carlos Vieira de – A acção de condenação à prática de acto devido, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

Andrade, José Carlos Vieira de – Intervenção do Professor Vieira de Andrade, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Andrade, José Carlos Vieira de – Relatório de síntese I, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 28, 2001.

Andrade, José Carlos Vieira de – Relatórios de síntese, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 16, 1999.

Antunes, Luís Filipe Colaço – O artigo 161.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: uma complexa simplificação, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 43, 2004.

Antunes, Tiago – Um “passeio” pelos poderes condenatórios dos tribunais administrativos – Ac. do STA de 22.4.2004, de 22.4.2004, P. 1276/02, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 51, 2005.

Arcenegui, Isidro E. de e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Ávila, Juan Manuel Alegre e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Belrhali-Bernard, Hafida – Les avis contentieux du Conseil d’État: remarques sur vingt années de pratique, L’actualité juridique droit administratif n.º 7/2010, Dalloz, 2010.

Benítez, Mariano López e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Bertoldini, Antonio – I riti immediati ed abbreviati previsti dalla Legge 21 Luglio 2000, N. 205: La mediazione giurisprudenziale tra certezza ed effettività di tutela, Diritto Processuale Amministrativo, anno XXI, fascicolo IV, Giuffrè, 2003.

Brito, Wladimir – Lições de Direito processual Administrativo, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2018.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes/Cadilha, António – O contencioso pré-contratual e o regime de invalidade dos contratos públicos – Perspetivas face à Diretiva 2007/66/CE (Segunda Diretiva “Meios Contenciosos”), Almedina, Coimbra, 2013.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Dicionário de Contencioso Administrativo, Almedina, Coimbra, 2006.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (III), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 23, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – Reflexões sobre a marcha do processo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (II), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 21, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público (I), Cadernos de Justiça Administrativa n.º 20, 2000.

Cadilha, Carlos Alberto Fernandes – A Reforma do Contencioso Administrativo: debate público, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 19, 2000.

Carbajo, José Ramón Rodríguez – El Anteproyecto de Ley denominado de medidas de agilización procesal, Actualidad Administrativa n.º 5, 2011.

Cardoso, Dora Neto – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Carvalho, Ana Celeste – A extensão dos efeitos da sentença no processo administrativo revisto, E-pública, Vol. 3, n.º 1 (abril 2016), ICJP-CIDP, disponível em <http://www.e-publica.pt/v3n1a05.html>.

Castroverde, Diego Córdoba – Las medidas de agilización procesal en el orden contencioso-administrativo: lo que la ley no dice y debería decir, Actualidad Administrativa n.º 21, 2011.

Chapus, René – Droit du contentieux administratif, 13.^a ed., Montchrestien, Paris, 2008.

Chavier, Henri/Delamarre, Manuel – Leçons de contentieux administrative, Elipses, Paris, 2013.

Coimbra, José Duarte – A audiência prévia no contexto da tramitação da nova ação administrativa, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.^a ed., Vol. II, AAFDL, Lisboa, 2020.

Contreras, Luis Martín – La extensión de efectos de una sentencia a terceros, El artículo 110 de la Ley Reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, Comares, Granada, 2010.

Correia, José Manuel Sérvulo – Da ação administrativa especial à nova ação administrativa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Correia, José Manuel Sérvulo – Direito do Contencioso Administrativo, vol. I, Lex, Lisboa, 2005.

Correia, José Manuel Sérvulo – Unidade ou pluralidade de meios processuais principais no contencioso administrativo, Estudos de Direito Processual Administrativo, Lex, Lisboa, 2002, e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 22, 2000.

Correia, José Manuel Sérvulo – Contencioso Administrativo (lições policopiadas incompletas ao 5.º ano jurídico), AAFDL, Lisboa, 1990.

Correia, José Manuel Sérvulo/Carmona, Mafalda – O princípio *pro actione* no procedimento administrativo – Ac. do STA de 22.1.2004, P. 2064/03, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 44, 2004.

Costa, António – Intervenção do Ministro da Justiça, Dr. António Costa, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Costa, Jean-Paul – L'effectivité de la justice administrative en France, La Revue Administrative, 52ème année, numéro spécial 8, PUF, 1999.

Courrèges, Anne/Daël, Serge – Contentieux administratif, 4.ª ed., PUF, 2013.

Coutinho, Juliana Ferraz – A prova no processo administrativo : um desafio interminável, Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA, 3.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Daudí, Vicente Pérez – Reflexión crítica sobre el intento de agilización de la justicia, Justicia n.º 1, 2012.

David, Sofia – A aproximação e a articulação entre o Código de Processo nos Tribunais Administrativos e o Código de Processo Civil, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

David, Sofia – Dos meios urgentes previstos no Título IV do CPTA: breve reflexão prática sobre o que temos e o que queremos, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 94, 2012.

David, Sofia – Das Intimações, Considerações sobre uma (nova) tutela de urgência no Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Almedina, Coimbra, 2005.

Eiró, Vera – O regime de antecipação da sentença por causa legítima de inexecução, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., Vol. II, AAFDL, Lisboa, 2020.

Enterriá, Eduardo Garcia de/Fernández, Tomás-Ramón – Curso de Derecho Administrativo II, 15.ª ed., Civitas Thomson Reuters, Pamplona, 2017.

Enterría, Eduardo Garcia de – Las transformaciones de la Justicia Administrativa: de la excepción singular a la plenitud jurisdiccional. Un cambio de paradigma?, Civitas, Thomson Reuters, Pamplona, 2007.

Enterría, Eduardo Garcia de – Perspectives d'évolution des justices administratives dans le cadre européen, Droit Administratif, 40ème année, n.º 3, 2001.

Esteve, Avelino Blasco e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Estorninho, Maria João – Contencioso dos contratos da Administração Pública, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 24, 2000.

Estorninho, Maria João – Contencioso dos contratos da Administração Pública, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 16, 1999.

Estorninho, Maria João – Algumas questões de contencioso dos contratos da Administração Pública, AAFDL, Lisboa, 1996.

Eyermann, Erich/Fröhler, Ludwig/Geiger, Harald/Happ, Michael/Kraft, Ingo/Rennert, Klaus/Schmidt, Jörg – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 15.ª ed, C. H. Beck, München, 2018.

Fernandez, Elizabeth – O processo e os fenómenos da massificação: desafios e dilemas, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 130, 2018.

Fernandez, Elizabeth – O novo juiz singular da ação administrativa : regras de competências e aplicação da lei no tempo, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 114, 2015.

Fernandez, Elizabeth – Reflexos do CPC na tramitação da nova ação administrativa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Fernandez, Elizabeth – O Código de Processo nos Tribunais Administrativos à luz do novo Código de Processo Civil, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 102, 2013.

Fernandez, Elizabeth – Urgência e recursos, A apelação autónoma das decisões interlocutórias, Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (2.º Juízo) de 15.4.2010, P. 5959/10, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 83, 2010.

Fernandez, Elizabeth – Artigo 149.º do CPTA: que apelação é esta?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 76, 2009.

Fonseca, Isabel Celeste – A batalha pela tutela de urgência, Almeida & Leitão, Porto, 2011.

Fonseca, Isabel Celeste M. – O contencioso dos contratos da Administração Pública – Notas sobre um domínio do contencioso administrativo de feição muito urgente, Estudos em homenagem ao Professor Marcello Caetano – No centenário do seu nascimento, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Fonseca, Isabel Celeste M. – Dos novos processos urgentes no contencioso administrativo, Lex, Lisboa, 2004.

Freitas, Dinamene – Os poderes do tribunal de apelação na intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Ac. do TCA Norte de 12.3.2009, P. 2236/08.7BEPRT, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 81, 2010.

Gallo, Carlo Emanuele – Manuale di giustizia amministrativa, 8.^a ed., G. Giappichelli Editore, 2016.

Gallo, Carlo Emanuele – Attività istruttoria ed abbreviazione dei tempi del giudizio: il ruolo dell'organo monocratico, Diritto Processuale Amministrativo, anno XX, fascicolo IV, Giuffrè, Milano, 2002.

García, Ricardo Alonso e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Gärditz, Klaus Ferdinand/Aschke, Manfred/Dietz, Andreas/Frey, Klaus/Germelmann, Class Friedrich/Glaser, Andreas/Goos, Christoph/Haack, Stefan/Jacob, Thomas/Jeromin, Curt M./Kerkmann, Jochen/Knauff, Matthias/Krausnick, Daniel/Kreuter-Kirchof, Charlotte/Lambrecht, Elisabeth/Ludwigs, Markus/Orth, Johannes/Praml, Rolf/Scheidler, Alfred/Schlacke, Sabine/Schneider, Karsten/Schübel-Pfister, Isabel/Unger, Sebastian/van Schewick, Florian/Waldhoff, Christian/Wimmer, Norbert/Windthorst, Kay/Winkelmüller, Michael/Wittreck, Fabian/Wollenschläger, Ferdinand – Verwaltungsgerichtordnung (VwGO) mit Nebengesetzen Kommentar, Carl Heymanns Verlag, Köln, 2013.

Garnica, Ernesto García-Trevijano e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Gaudemet, Yves – La prévention du contentieux administratif par les avis du Conseil D'Etat, La Revue Administrative, 52ème année, numéro spécial 1, PUF, 1999.

Glaeser, Walter Schmitt – Massenverfahren vor den Verwaltungsgerichten, Deutsche Richterzeitung, agosto 1980.

Gohin, Olivier – Contentieux administratif, 9.^a ed., LexisNexis, Paris, 2017.

Gomes, Carla Amado/Calado, Diogo – O regime da seleção de processos com andamento prioritário, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.^a ed., Vol. I, AAFDL, Lisboa, 2020.

Gomes, Carla Amado - O regime da seleção de processos com andamento prioritário na revisão de 2019, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a05.html>.

Gomes, Carla Amado – Processos em massa e contencioso dos procedimentos em massa: o que os une e o que os separa?, Comentários à revisão do CPTA e do ETAF, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Gomes, Carla Amado – Uma revisão previsível: a convalidação do processo de intimação para defesa de direitos, liberdade e garantias em providência cautelar (artigo 110.º-A do Anteprojecto de revisão do CPTA), O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Gomes, Carla Amado – *Una notazione molto particolare* – reflexões em sede de intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 90, 2011.

Gomes, Carla Amado – Pretexto, contexto e texto da intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Contra uma interpretação demasiado conforme à Constituição do artigo 109.º/1 CPTA, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Dúvidas não metódicas sobre o novo processo de impugnação de normas do CPTA, Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – O “caso decidido”: Uma instituição (ainda) do nosso tempo? Reflexões a propósito do artigo 161.º do CPTA, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 70, 2008 e Textos Dispersos de Direito do Contencioso Administrativo, AAFDL, Lisboa, 2009.

Gomes, Carla Amado – Intimação para protecção de que direitos, liberdades e garantias? – Ac. do STA de 18.11.2004, P. 978/04, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 50, 2005.

Gomes, Vítor – O reenvio prejudicial para o Supremo Tribunal Administrativo: limites naturais ou insucesso?, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 101, 2013.

Gonçalves, Pedro – Avaliação do regime jurídico do contencioso pré-contratual urgente, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 62, 2007.

Gonçalves, Pedro – Contencioso administrativo pré-contratual, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 44, 2004.

González, Jesús María Chamorro – La Ley 37/2011, de 10 de octubre, de Medidas de Agilización Procesal y los Juzgados de lo Contencioso-Administrativo, Actualidad Administrativa n.º 21, 2011.

González, Jesús María Chamorro/Híjar, Juan Carlos Zapata – El Procedimiento Abreviado en la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, 3.ª ed., Aranzadi Thomson Reuters, Pamplona, 2011.

González, José Ignacio López e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

Hufen, Friedhelm – Verwaltungsprozessrecht, 10.ª ed., C. H. Beck, München, 2016.

Ibañez, José Luis Gil – El nuevo procedimiento contencioso-administrativo abreviado, Poder Judicial n.º 53.

Ibañez, M^a Rosario Alonso e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

Ibañez, Santiago González-Varas – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Ley 29/1998, de 13 de julio), adaptados a la nueva concepción subjetiva, Tecnos, Madrid, 1999.

Iniesta, Ignacio Borrajo e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

José, Rosendo Dias – O que está a acontecer com as acções administrativas especiais, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 47, 2004.

José, Rosendo Dias – Intervenção do Conselheiro Rosendo Dias José, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Jurado, Diego J. Vera e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

Kopp/Schenke – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 24.^a ed., C. H. Beck, München, 2018.

Loureiro, Joana de Sousa – Processo de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias: breves notas a propósito da nova reforma do contencioso administrativo, Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Leitão, Alexandra – Algumas questões a propósito da acção administrativa especial, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 47, 2004.

Maçãs, Maria Fernanda – A tutela pré-cautelar em revisão: breves reflexões, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Maçãs, Maria Fernanda – A propósito da especial urgência do art. 131.º do CPTA: um caso particular do *periculum in mora* – Ac. do TCA Sul de 7.4.2011, P. 7184/11, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 96, 2012.

Machete, Rui Chancerelle de – A reforma da justiça administrativa deve continuar, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 94, 2012.

Machete, Rui Chancerelle de – A condenação à prática de acto devido – Algumas questões, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 50, 2005.

Marques, Francisco Paes – Conflitos entre particulares no contencioso administrativo. Almedina, Coimbra, 2019.

Martini, Mario – Verwaltungsprozessrecht, Systematische Darstellung in Grafik-Text-Kombination, 5.^a ed, Vahlen, München, 2011.

Martins, Manuel – O reenvio prejudicial ao STA no novo contencioso administrativo, Estudos de Direito Público, Âncora Editora, Lisboa, 2006.

Mayer-Ladewig, Jens – Massenverfahren in der Verwaltungsgerichtsbarkeit, Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht, caderno 7, 1982.

Matos, Sara Younis Augusto de – Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões: entre o que se fez e o que ficou por fazer, Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Mealha, Esperança/Maçãs, Fernanda/Dantas, Álvaro/Teles, Bárbara Tavares/Carvalho, Carlos/Neto, Dora Lucas/Sousa, Jorge Nuno Lopes de/Reis, Margarida/Torres, Mário/David, Sofia – Mudar a Justiça Administrativa e Fiscal, Almedina, Coimbra, 2013.

Mealha, Esperança – A ação administrativa: uma encruzilhada de acessos a um caminho processual único, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Mealha, Esperança – Contencioso (urgente) dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Mealha, Esperança – A condenação à prática de acto devido na jurisprudência, Revista do Ministério Público n.º 117, 2009.

Melo, António Barbosa de – Direito Administrativo II (sumários das lições proferidas na Faculdade de Direito de Coimbra no ano letivo de 1986/1987), Coimbra Editora, Coimbra, 1987.

Melo, Pedro/Cordeiro, Maria Ataíde – O regime do contencioso pré-contratual urgente, Comentários à Revisão do ETAF e do CPTA, 3.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2017.

Mendes, Armindo Ribeiro – Uma reclamação indesejada, verdadeira armadilha *contra actionem*, anotação ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (Pleno da 1.ª Secção) n.º 3/2012, P. 420/12, de 5.6.2012, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 97, 2013.

Mendes, Armindo Ribeiro – A amplitude do princípio da substituição na apelação administrativa – O art. 149.º do CPTA na jurisprudência, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 80, 2010.

Mignone, Claudio/Vipiana, Piera Maria – Manuale di giustizia amministrativa, CEDAM, Padova, 2012.

Montefusco, Raffaele – La sentenza in forma semplificata, Il codice del processo amministrativo, Dalla giustizia amministrativa al diritto processuale amministrativo, G. Giappichelli Editore, Turim, 2012.

Morais, Carlos Blanco de – Brevíssimas notas sobre a revisão do CPTA e do ETAF em matéria de contencioso regulamentar, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 65, 2007.

Muñoz, José María Ayala/Alvear, José María Fernández-Dava/Mercado, Francisco García Gómez de/Delgado, José Manuel Gutiérrez/Boadilla, Ricardo Huesca/Montoro, Fernando Irurzun/González, Manuel Rivero/Gandasegui, Francisco Sanz/Fernández, Juan José

Torres/Labela, José Ignacio Veja – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, 5.ª ed., Aranzadi Thomson Reuters, 2012.

Neto, Dora Lucas – A urgência no Anteprojeto de revisão do CPTA sob o prisma do novo contencioso dos processos de massa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Neto, Dora Lucas – Notas sobre a antecipação do juízo sobre a causa principal (um comentário ao artigo 121.º do CPTA), Revista de Direito Público e Regulação n.º 1, CEDIPRE, maio de 2009, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, disponível em http://www.fd.uc.pt/cedipre/pdfs/revista_dpr/revista_1.pdf.

Neves, Ana F. – Contencioso dos procedimentos de massa: pressuposto processual específico e erro na forma de processo – Ac. Do TCA Sul de 5.7.2017, P. 60/16.2BEPDL anotado, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 128, 2018.

Oliveira, António Cândido de – Organização dos tribunais administrativos e fiscais, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Oliveira, António Cândido de – Apontamentos sobre a reforma do direito processual administrativo, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Oliveira, Mário Esteves de/Oliveira, Rodrigo Esteves de – Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais anotados, vol. I, Almedina, Coimbra, 2004.

Oliveira, António Mendes – Litigância massificada no contencioso administrativo e tributário: perspectivas e propostas, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 129, 2018.

Oliveira, Rodrigo Esteves de – O contencioso urgente da contratação pública, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 78, 2009.

Oliveira, Rodrigo Esteves – Meios urgentes e tutela cautelar, A Nova Justiça Administrativa, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Oliveira, Rodrigo Esteves de – Processo Executivo: Algumas Questões, *Studia Juridica* n.º 86 – A Reforma da Justiça Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

Olmeda, Alberto Palomar/Díez, Alfredo de Diego/Pajuelo, Francisco de Miguel/Perales, José M.ª Aristóteles Magán/Valle, Reyes Zatarain de – Tratado de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, Tomo IV, Thomson Aranzadi, Pamplona, 2008.

Otero, Paulo – Breve nota sobre o processo político-constitucional de reforma do contencioso administrativo, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 28, 2001.

Otero, Paulo – A impugnação de normas no anteprojecto de Código de Processo nos Tribunais Administrativos, *Reforma do Contencioso Administrativo*, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 22, 2000.

Pação, Jorge – Breve reflexão sobre o novo regime de convoação da intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias em processo cautelar, *O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate*, AAFDL, Lisboa, 2014.

Pacteau, Bernard – *Manuel de contentieux administratif*, 3.^a ed., PUF, Paris, 2014.

Pacteau, Bernard – *Traité de contentieux administratif*, PUF, Paris, 2008.

Paniagua, Enrique Linde – Luces y sombras en el procedimiento en primera o única instancia de la Ley de la Jurisdicción contencioso-administrativa de 13 de julio de 1998, *Poder Judicial* n.º 56.

Pardo, José Esteve/Ibañez, José Luis Requero/Domínguez, Nicolás González-Deleito/Rincón, José Suay/Rexach, Eduardo Menéndez/Urríes, Santiago Milans Bosch y Jordan de/Velasco, Joaquín Huelin Martínez/Martín, Eduardo Ortega/Cienfuegos, José Maria Alvarez de/Castiella, Iñigo del Guayo/López, Enrique Domingo/Jiménez-Blanco, Antonio/Martín, Encarnación Montoya/Mas, Joaquin Tornos/Abián, Rosario Herrera/Vuande, Jesús Maria Santos – *Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa (Ley 29/1998, de 13 de julio)*, Edersa, Madrid, 1999.

Pedro, Jesús Prieto de e outros – *Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998*, *Revista Española de Derecho Administrativo*, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.

Pereira, Rui Belfo – O art. 27.º, n.º 1, alínea i), do CPTA: meio de agilização processual ou foco autónomo de aumento de litígios?, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 101, 2013.

Pérez, Ignacio Aranguren/Rivas, Juan José González – *Comentarios a la Ley reguladora de la Jurisdicción Contenciosa Administrativa 29/1998, de 13 de julio*, 2.^a ed., Thomson Civitas, 2008.

Pérez, Marta Garcia – La Ley de la jurisdicción contencioso-administrativa de 1998, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Pinheiro, Rui – Intervenção do Conselheiro Rui Pinheiro, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Pires, Rita Calçada – O pedido de condenação à prática de acto administrativo legalmente devido. Desafiar a modernização administrativa?, Almedina, Coimbra, 2004.

Posser, Herbert/Wolff, Heinrich Amadeus – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 2.^a ed., C. H. Beck, München, 2014.

Quadros, Fausto de – A europeização do contencioso administrativo, Estudos em homenagem ao Professor Marcello Caetano – No centenário do seu nascimento, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2006.

Quadros, Fausto de – Algumas considerações gerais sobre a reforma do contencioso administrativo. Em especial, as providências cautelares, Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

Raganelli, Biancamaria – Efficacia della giustizia amministrativa e pienezza della tutela, G. Giappichelli Editore, Turim, 2012.

Raposo, João – O novo contencioso urgente dos procedimentos de massa, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 106, 2014.

Raposo, João – Os pressupostos processuais no nível Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Separata da obra “Estudos de homenagem ao Professor Germano Marques da Silva”, Almedina, Coimbra, 2004.

Raposo, João – A tramitação da acção administrativa especial, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 39, 2003.

Redeker, Konrad/Oertzen, Hans-Joachim/Redeker, Martin/Kothe, Peter/von Nicolai, Helmuth – Verwaltungsgerichtsordnung Kommentar, 16.^a ed., Verlag W. Kohlhammer, Stuttgart, 2014.

Rexach, Angel Menéndes e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edição especial), Civitas, Madrid, 1999.

- Ricci, Jean-Claude – Contentieux Administratif, 3.^a ed., Hachette, Paris, 2012.
- Roca, Eduardo Roca/Martín, María del Pilar Bensusan/Gálvez, Juan Francisco Pérez/Fernández-Castanys, María Luisa Roca – Ley 29/1998, de 13 de julio, reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa, concordada, comentada y con jurisprudencia, Tecnos, Madrid, 2005.
- Rouault, Marie-Christine, Contentieux Administratif, Larcier, Paris, 2015.
- Saitta, Nazareno – Sistema di Giustizia Amministrativa, 3.^a ed, Giuffrè, Milão, 2011.
- Sajet, Franck – Le contentieux administratif, MB Edition, 2002.
- Salvador, Antero Pires – Reflexos do CPC na tramitação da nova ação administrativa, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.
- Sánchez, Luis Pomed e outros – Comentarios a la Ley de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa de 1998, Revista Española de Derecho Administrativo, n.º 100 (edición especial), Civitas, Madrid, 1999.
- Sánchez, Pascual Sala/Ríos, Juan Antonio Xiol/Montalvo, Rafael Fernández – Práctica Procesal Contencioso-Administrativa, Tomo IX, Bosch, Barcelona, 1999.
- Sánchez, Pascual Sala/Ríos, Juan Antonio Xiol/Montalvo, Rafael Fernández – Práctica Procesal Contencioso-Administrativa, Tomo VII, Bosch, Barcelona, 1999.
- Sánchez, Rafael Caballero – La *Beschleunigung* o aceleración del procedimiento administrativo y del processo contencioso en Alemania, Revista de Administración Pública n.º 147, 1998.
- Schenke, Wolf-Rüdiger – Verwaltungsprozessrecht, 14.^a ed, C. F. Müller, Heidelberg/München/Landsberg/Frechen/Hamburg, 2014.
- Schmidt, Rolf – Verwaltungsprozessrecht, Zulässigkeit und Begründetheit verwaltungsrechtlicher Verfahren, 17.^a ed., Pinkvoss, Grasberg bei Bremen, 2015.
- Sennewald, Marlene – O instituto da convolação da tutela cautelar em tutela final urgente consagrado no artigo 121.º do CPTA, Revista de Direito Público e Regulação n.º 5, CEDIPRE, março de 2010, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, disponível em http://www.fd.uc.pt/cedipre/pdfs/revista_dpr/revista_5.pdf.
- Silva, Vasco Pereira da – O contencioso administrativo no divã da psicanálise, Ensaio sobre as acções no novo processo administrativo, 2.^a ed, Almedina, Coimbra, 2009.

Silva, Paula Costa e - O desejável aprofundamento do diálogo entre tribunais. A consulta prévia, os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a04.html>.

Silva, Vasco Pereira da – Revisitando a “reforminha” do Processo Administrativo de 2019 – “Do Útil, do Supérfluo e do Erróneo”, E-pública, Vol. 6, n.º 3 (dezembro 2019), ICJP-CIDP, disponível em <https://www.e-publica.pt/volumes/v6n3a02.html>.

Silva, Vasco Pereira da – Todo o contencioso administrativo se tornou de plena jurisdição, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 34, 2002.

Silva, Vasco Pereira da – Vem aí a Reforma do Contencioso Administrativo (!?), Reforma do Contencioso Administrativo, vol. I, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, Coimbra Editora, Coimbra, 2003 e Cadernos de Justiça Administrativa n.º 19, 2000.

Silva, Vasco Pereira da – Ventos de mudança no Contencioso Administrativo, Almedina, Coimbra, 2000.

Silva, Vasco Pereira da – O contencioso administrativo como “Direito Constitucional concretizado” ou “ainda por concretizar”?, Coimbra Editora, Coimbra, 1999.

Silva, Vasco Pereira da – Breve crónica de uma Reforma Anunciada, Cadernos de Justiça Administrativa n.º 1, 1997.

Silva, Vasco Pereira da – Para um contencioso administrativo dos particulares, Coimbra Editora, Coimbra, 1989.

Silveira, João Tiago – Processos em massa e processo urgente para procedimentos de massa na revisão do CPTA, Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2017.

Silveira, João Tiago – A agilização processual na revisão do processo administrativo, Comentários à Legislação Processual Administrativa, 5.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2020.

Silveira, João Tiago – Processos em massa e processo urgente para procedimentos de massa na revisão do CPTA, Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2017.

Silveira, João Tiago - A arbitragem e o artigo 476.º na revisão do Código dos Contratos Públicos, Revista de Direito Administrativo, n.º 1 (janeiro-abril 2018), AAFDL, Lisboa.

Silveira, João Tiago – A agilização processual no processo declarativo não urgente na revisão do CPTA, *Liber Amicorum* Fausto de Quadros, vol. I, Almedina, Coimbra, 2016. Silveira, João

Tiago – A revisão do CPTA e a arbitragem institucionalizada no direito administrativo, *Arbitragem Administrativa* n.º 1, CAAD, 2015.

Silveira, João Tiago – O processo de massa urgente na revisão do CPTA, O anteprojecto de revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatutos dos Tribunais Administrativos e Fiscais em debate, AAFDL, Lisboa, 2014.

Silveira, João Tiago – O mecanismo dos processos em massa no contencioso administrativo, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. IV, Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

Silveira, João Tiago – A extensão dos efeitos a casos idênticos no contencioso administrativo, *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2012.

Silveira, João Tiago – A Reforma do Contencioso Administrativo, *Revista Jurídica*, AAFDL, Lisboa, n.º 25, Abril 2002.

Silveira, João Tiago/Mac Crorie, Benedita – Notas sobre a discussão pública da Reforma do Contencioso Administrativo, *Revista Jurídica*, AAFDL, Lisboa, n.º 24, abril 2001.

Sodan, Helge/Ziekow, Jan/Aulehner, Josef/Blanke, Hermann-Josef/Brenner, Michael/Czybulka, Detlef/Dörr, Oliver/Dolderer, Michael/Geis, Max-Emanuel/Guckelberger, Annette/Heckmann, Dirk/Höfling, Wolfram/Kilian, Michael/Kronisch, Joachim/Lang, Heinrich/Neumann, Werner/Puttler, Adelheid/Rixen, Stephan/Schmid, Viola/Seibert, Max-Jürgen/Sodan, Helge/Wolff, Heinrich Amadeus/Ziekow, Jan – *Verwaltungsgerichtsordnung Grosskommentar*, 5.^a ed., Nomos, Baden-Baden, 2018.

Sommermann, Karl-Peter – *La justicia administrativa alemana, La justicia administrativa en el derecho comparado*, Civitas, Madrid, 1993.

Sousa, Jorge Manuel Lopes de – Notas práticas sobre o decretamento provisório de providências cautelares, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 47, 2004.

Sousa, Miguel Teixeira de – A notificação das partes dos processos suspensos nos processos em massa (anotação aos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo (pleno da 1.^a secção) n.ºs 1/2009, p. 790, de 27/11/2008 e 2/2009, p. 791, de 22/1/2009), *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 74, 2009.

Torres, Mário – Relatório de Síntese II, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 28, 2001.

Torres Mário – Relatórios de síntese, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 16, 1999.

Torres, Mário – A reforma do contencioso administrativo: Que metodologia?, *Cadernos de Justiça Administrativa* n.º 9, 1998.

Travi, Aldo – *Lezioni di giustizia amministrativa*, 10.^a ed, Giappicchelli, Turim, 2010.

Uhlenberg, Klaus-Peter – Handbuch Verwaltungsverfahren und Verwaltungsprozess (coordenação de Brandt/Sachs), 4.^a ed., C. F. Müller, Heidelberg, 2017.

Vicente, Marino de la Llana – El procedimiento abreviado contencioso-administrativo, Actualidad Administrativa n.º 34, 2000.

Vijande, Jesús María Santos/Pardo, José Esteve/Ibañez, José Luis Requero/Domínguez, Nicolás González-Deleito/Rincón, José Suay/Rexach, Eduardo Menéndez/Urríes, Santiago Milans del Bosch y Jordán de/Velasco, Joaquín Huelin Martínez/Martín, Eduardo Ortega/Cienfuegos, José María Álvarez de/Castiella, Iñigo del Guayo/López, Enrique Domingo/Jiménez-Blanco, Antonio/Martín, Encarnación Montoya/Mas, Joaquín Tornos/Abían, Rosario Herrera – Comentarios a la jurisdicción contencioso-administrativo (Ley 29/1998, de 13 de julio), Edersa, 1999.

Wolff, Heinrich Amadeus/Decker, Andreas – Verwaltungsgerichtsordnung (VwGO), Verwaltungsverfahrgesetz (VwVfG), Studienkommentar, 3.ª ed., C. H. Beck. München, 2012.

Württemberg, Thomas – Verwaltungsprozessrecht, Ein Studienbuch, 3.^a ed., C. H. Beck, München, 2011.